

# CLIPPING



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

01/04/2019  
SEGUNDA-FEIRA

LOREM IPSUM  
DOLOR SIT AMET

### DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

[imprensa@tce.go.gov.br](mailto:imprensa@tce.go.gov.br)

[www.tce.go.gov.br](http://www.tce.go.gov.br)

3228-2699





## TCE suspende posto de combustível na Ceasa

O Tribunal de Contas do Estado determinou à Centrais de Abastecimento de Goiás (Ceasa) a suspensão da concorrência que destinaria parte de sua área interna a um particular, para instalação de um posto de combustíveis. A medida cautelar foi adotada pelo conselheiro Edson Ferrari e referendada pelo plenário sessão plenária de quarta-feira. A interrupção deverá perdurar até que se decida sobre o mérito do processo. A concorrência foi iniciada no ano passado e, em 2019 a empresa Distribuidora Banana Nativa Ltda entrou com representação no TCE para denunciar a falta de licenciamento ambiental e de uso do solo, falta de autorização prévia do Conselho de Administração da Ceasa e diferença vultosa entre o valor da proposta vencedora da licitação e o que foi homologado. Segundo o relatório do conselheiro, o exame preliminar dos fatos levou ao convencimento de que a cautelar deveria ser baixada com urgência para evitar prejuízos aos cofres públicos, uma vez que houve flagrante desobediência às leis de licitação. O documento evidenciou ainda que ficou registrado na ata da licitação o valor de R\$ 3.701.000,00, como proposta vencedora, mas que o valor homologado foi de R\$ 1.156.875,00, fato que caracteriza indício de prejuízo ao erário. Ferrari determinou a citação o atual diretor presidente, João Batista de Freitas Lemes, e o seu antecessor, Isvami Vieira Júnior, o presidente da Comissão Permanente de Licitação, João Juarez Bernardes e a empresa LCX Construções e Consultoria Eireli, vencedora da licitação.





## TCE de Luto

Membros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) se despede hoje do ex-conselheiro substituto, aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Luiz Murilo Pedreira e Sousa. Luiz Murilo iniciou sua carreira no Tribunal em 1963 e aposentou-se compulsoriamente em junho de 2012, sendo agraciado com a medalha do Mérito Rui Barbosa

## Brilhante

O conselheiro Kennedy Trindade se referiu a Luiz Murilo como um homem de postura ética e elegante. Ele também destacou o comprometimento com os valores republicanos e a generosidade do colega no trato com os mais jovens. “Dr Luiz Murilo foi sempre uma referência para todos nós. Brilhante, correto em tudo, respeitoso. Um ser humano ímpar”, declarou.



# Corte de incentivos passa a valer a partir de hoje

**BENEFÍCIOS** Previsão é arrecadar, até março de 2020, R\$ 1 bi; indefinições, todavia, geram incertezas na indústria

Katherine Alexandria  
katherine.alexandria@opopular.com.br

A partir de hoje, passa a ter efeito a lei que restringiu incentivos fiscais referentes ao ICMS e promoveu corte, ao menos temporário, no volume de benefícios concedido no Estado. Uma medida articulada pelo governador Ronaldo Caiado (DEM) ainda na transição de governo, no final do ano passado. A previsão com as alterações é arrecadar, até março de 2020, R\$ 1 bilhão. Mas o cenário impacta empresas e ainda mantém clima de incerteza sobre a expansão e instalação de novas indústrias em Goiás.

A diferença para a arrecadação com as mudanças ainda é considerada pequena pelo governo, diante do déficit orçamentário. Ao todo, está prevista na Lei Orçamentária Anual a redução de R\$ 8,066 bilhões neste ano. Valor que se refere à receita que deixará de entrar no caixa estadual devido a descontos diversos em impostos, o que vai além do ICMS. E que representa uma queda de 5% ante os R\$ 8,486 bilhões da receita de 2018.

Segundo a secretária de Economia, Cristiane Schmidt, ainda há impacto considerável, já que a renúncia representaria cerca de 50% do que o Estado arrecada de ICMS. Porém, a própria Lei 2036/2018, que trata da restituição dos incentivos, prevê que o corte aprovado nos benefícios só vai valer até março do ano que vem. Por isso, nova rodada de negociações entre governo e setor empresarial deve ocorrer até o final de 2019.

"A gente ainda avança o que acontece no Confaz, as repercussões e, mais do que isso, fazemos um amplo estudo sobre qual poderia ser a melhor política sozinha de não pensar em benefício fiscal", pontua Cristiane ao citar que é preciso pensar em outros

tipos de incentivos para atrair investimentos e indústrias. Um grupo no governo já estaria dedicado a isso. Nos bastidores, o clima é de apreensão pela dificuldade de atração de novas empresas, apesar de oficialmente o governo negar.

O desafio é equilibrar o quanto o governo pode ceder a fim de também não prejudicar, inclusive, as empresas que já estão instaladas no Estado. "Pretendo chamar indústria, o agribusiness e todos os setores para conversar e tentar fazer um mapeamento de como pensar um Goiás com inovações e investimentos. Acho que incentivo fiscal também é importante, mas não deveria ser a única forma", diz Cristiane ao citar que, independente do estudo, haveria um fato concreto: "o caixa ruim".

## PESO

"Tem de pensar duas vezes na hora de ter redução de receita", diz a secretária. Ao longo dos últimos anos houve verdadeira escalada dos benefícios. Em nove anos, que é o período disponível para consulta dos valores no Portal da Transparência do governo, o total dos benefícios concedidos aumentou em mais de cinco vezes. Em 2009, chegou a R\$ 1,445 bilhão e passou para R\$ 7,288 bilhões no ano passado. Entre as justificativas, além da atração de mais empresas, está o fato de que ano a ano há aumento do que é cedido por conta da inflação e do PIB.

Se os incentivos estão em momento de questionamento — uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o tema foi instalada na Assembleia Legislativa —, também têm peso importante para a economia goiana. Ao implantar política agressiva para atrair empresas para o Estado ao longo dos últimos anos, houve incremento de receita, geração de emprego e a diversificação da produção industrial.

Há recente, como pontua o presidente da Federação das Indústrias de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, de perder espaço para outros Estados no Centro-Oeste, que inclusive se valeram da chamada "regra da cola" e com a invalidação dos incentivos passaram a poder copiar o que é oferecido em Goiás. "Temos de mudar esse clima de CPI de incentivos, de CPI da energia ou vamos perder indústrias que querem vir para cá e investimentos das que aqui estão", diz.

Mabel cobra maior empenho

## Reflexo no caixa

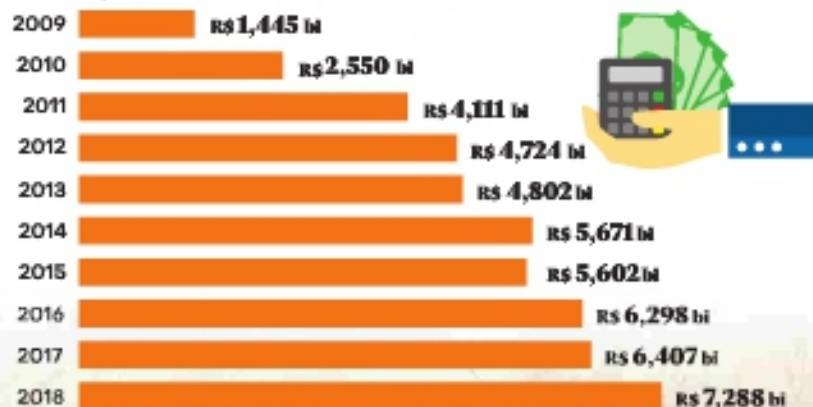
Estado diz que deixará de arrecadar R\$ 8,066 bilhões somente este ano

RENÚNCIAS E REDUÇÃO DE RECEITA\*

| 2017                                                               | 2018                                                               | 2019                                                               | 2020                                                               | 2021                                                               |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|
| R\$ 8,043 bi                                                       | R\$ 8,486 bi                                                       | R\$ 8,066 bi                                                       | R\$ 8,389 bi                                                       | R\$ 8,725 bi                                                       |
| Valor referente aos programas financeiros como Produzir e Fomentar | Valor referente aos programas financeiros como Produzir e Fomentar | Valor referente aos programas financeiros como Produzir e Fomentar | Valor referente aos programas financeiros como Produzir e Fomentar | Valor referente aos programas financeiros como Produzir e Fomentar |
| R\$ 1,810 bi (22,51% do total)                                     | R\$ 1,910 bi (22,51% do total)                                     | R\$ 1,991 bi (24,69% do total)                                     | R\$ 2,071 bi (24,69% do total)                                     | R\$ 2,154 bi (24,69% do total)                                     |

\* Governo os valores nos editais "fortes negociações de receita" — inclui programas como Cheque-Moradia, Goyacasa e Proesperta, além dos programas Fomentar Produzir e crédito outorgado

## EVOLUÇÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS



Fonte: SDC/Secretaria de Economia / Portal da Transparência



**Queremos políticas setoriais e não de empresas. Fazer algo substantivo e com fundamento para trazer competitividade"**

Cristiane Schmidt,  
secretária de Economia

## Governo analisa contrapartidas

A avaliação acerca da performance dos programas de incentivos fiscais passou a ser feita no ano passado e o trabalho segue no governo atual, que realiza o encontro das informações dos processos de auditoria que são realizados. O Programa Produzir, por exemplo, aprovou 2.107 projetos desde sua criação no ano 2000, dos quais 1.167 assinaram contratos com a Agência de Fomento de Goiás (Goiás Fomento). Todavia, hoje, apenas 450 empresas estão com benefícios em fruição. Ao todo, 178 municípios são contemplados — destaque para as Regiões Sul, Sudeste e Sudoeste. Levantamento do governo, que apontou os 30 que apresentaram os maiores investimentos, mostra previsão da ordem de R\$ 9 bilhões, mas foram comprovados apenas de auditoria da Secretaria de Economia,

R\$ 3,5 bilhões. A grande diferença também se dá porque para iniciar a fruição do incentivo a empresa deve comprovar o mínimo de 20% dos investimentos. Evitaria empresas ainda não terem completado auditoria de 100% do que foi projetado. A expectativa era de que 32.735 postos seriam gerados, mas até agora foram comprovados efetivamente por meio da Auditoria de Quitação (Caged) o total de 26.361 empregos. Essa expectativa só seria contemplada quando alcançasse 100% dos investimentos e os projetos gerem expectativas de ICMS até 2032, segundo o governo. De acordo com a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, há empenho na atração de novos investimentos. Em nota, a pasta cita a assinatura de protocolo de intenção para instalação de 14 empresas em 12 municípios.